

Quarta-Feira, 24 de Junho de 2026

Deputado Lúdio Cabral promove debate sobre projetos que ameaçam proteção ambiental em Mato Grosso

Audiência pública discutirá riscos de leis que enfraquecem mecanismos de defesa do meio ambiente no estado

O parlamentar estadual Lúdio Cabral, do Partido dos Trabalhadores, organiza encontro na quinta-feira (25) para discutir os perigos representados por diferentes proposições legislativas e medidas que comprometem a defesa ambiental em Mato Grosso. O evento, originário do requerimento nº 325/2026 aprovado em 13 de maio, acontecerá na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Estado, começando às 9h da manhã, com transmissão ao vivo pela TV ALMT e plataforma YouTube.

"Aproveitaremos este período dedicado ao meio ambiente para analisar a conjuntura da nossa legislação ambiental, particularmente diante da crescente movimentação de proposições que se opõem à preservação da natureza. Em parceria com organizações da sociedade civil comprometidas com a questão socioambiental, debateremos essas iniciativas e trabalharemos em soluções que garantam a manutenção dos ecossistemas e o bem-estar das populações dependentes deles", afirmou Cabral.

As proposições em discussão modificam normas estaduais e entram em conflito com as garantias estabelecidas na legislação florestal federal. Para o parlamentar, os textos em análise reduzem a efetividade de instrumentos essenciais para a conservação ambiental, incluindo as Áreas de Preservação Permanente, a Reserva Legal, o Cadastro Ambiental Rural e os procedimentos de avaliação de impacto ambiental.

O encontro contará com participação técnica do Observatório Socioambiental de Mato Grosso, do Observatório do Código Florestal e do Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso. Essas instituições compartilharão informações sobre o cenário de proteção ambiental no estado e avaliarão as implicações das proposições em tramitação na casa legislativa.

Dentre as questões críticas assinaladas recentemente pelo Observa-MT encontram-se os projetos de lei complementar nº 36/2025 e 18/2026. A primeira proposta busca expandir as possibilidades de aproveitamento comercial em áreas de Reserva Legal, desalinhada com a legislação florestal nacional, enquanto a segunda sugere uma revisão dos limites das formações biológicas estaduais, invadindo competências exclusivas do governo federal.

"O debate torna-se particularmente importante considerando que Mato Grosso constitui território de relevância ecológica significativa, hospedando biomas como o Pantanal, Cerrado e Amazônia, além de apresentar forte vinculação aos recursos naturais e ao equilíbrio ambiental para o progresso econômico de múltiplas cadeias produtivas", conforme consta na justificativa da proposição apresentada pelo deputado.